

## **Direito do trabalho.**

Professora: Aline Leporaci.

Poder Fiscalizatório do Trabalhador.

### **Resumo.**

---

Poder fiscalizatório do trabalhador.

. Presta-se a conceder ao empregador a possibilidade de fiscalizar e vigiar a prestação de serviços, no espaço empresarial.

Limites.

. 1) O empregador pode colocar câmeras, no exercício do Poder Fiscalizador, em locais diferentes de **refeitórios, banheiro e vestiário**( nestes locais, violam a intimidade do empregado) e que sejam de conhecimento prévio do empregado; ou seja, as câmeras devem ser colocadas em locais públicos.

. **2) Revista não pode ser íntima, mas pode ser sobre os pertences dos empregados.**

. **A revista sobre os pertences dos empregados pode acontecer. Exemplo: revista envolvendo bolsa, gavetas e armários.**

. Para ela ser válida: tem que ser de conhecimento do empregado; deve contar com a participação do empregado, ou seja, este é quem tem que pegar os objetos da revista; deve abranger, indistintamente, todos os empregados; e deve ser realizada sem a presença de **terceiros**( clientes, por exemplo).

. Revistas íntimas ocorrem sobre o corpo do trabalhador e são, totalmente, vedadas( proibidas), pela doutrina, jurisprudência e pela ordem jurídica( **legislação, artigo 373-A, VI, da CLT**). Uma interpretação extensiva aplica-se a esta norma, para alcançar também a empregados e não alcançar apenas a empregadas.

Havendo abuso do empregador acerca das revistas, no uso do Poder Fiscalizador, é lógico que ensejará uma indenização, por dano moral; atingindo a esfera moral, no que se refere à privacidade e à intimidade do trabalhador.



Fonte: <https://jedadvocaciajur.jusbrasil.com.br>